

# Primeira associação de trabalhadores do sexo Quem se atreve a protagonizar esta luta?

**Reportagem** Está a crescer a lista de pessoas dispostas a lutar pelo reconhecimento da prostituição como trabalho. Quem são os pioneiros? Que problemas trouxe a pandemia? O que propõem? “Queremos dizer que estamos aqui, que temos uma palavra a dizer. Se nos vão ouvir? Começa a ser obrigatório”

Por Ana Cristina Pereira texto e Paulo Pimenta fotografia





**A**na L. preparou-se para voltar ao trabalho segunda-feira, dia 5 de Abril. Ia recomendar o ensino presencial no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Deixaria o filho na escola e ocuparia o seu lugar na berma da estrada. Ligou para a esquadra, mas ninguém lhe soube dizer se iriam parar de passar multas a quem ali atrai clientela.

Maria Andrade contactara os comandos dos distritos de Braga, Porto e Lisboa em busca de resposta para dar em nome do Movimento dos Trabalhadores do Sexo (MTS), mas não as obtivera. “O desconfinamento é faseado. Quem está nos apartamentos pode trabalhar, como qualquer massagista. Quem está nos bares, ainda não. E quem está na rua? Isto não é reconhecido como profissão. Ninguém consegue dar uma resposta.” Na prática, “fica ao critério do agente de serviço”. Como os cidadãos não têm permissão para circular na via pública salvo nas exceções previstas, pode passar multa. Como têm permissão para permanecer em parques, jardins, áreas verdes, pode não passar.

Ana vai esperar até 19 de Abril. Mora a 80 quilómetros do local de trabalho. “Só para ir trabalhar já tenho que gastar com transporte. Chegar lá e levar multa ainda é um risco. De meninas que levaram duas e três multas de 200 euros e não param de ir.”

Esta incerteza é só uma amostra do que pode significar fazer algo que não é ilegal nem legal. Maria chama-lhe violência. Aliás, o MTS.

Tudo começou no dia 2 de Maio de 2019, num encontro que decorreu no Espaço Intendente, do Grupo de Activistas em Tratamentos (GAT), na Baixa de Lisboa. Luca Stevenson, coordenador do Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores do Sexo na Europa, veio falar sobre modelos legais, mobilização pelos direitos laborais e sociais e incentivou algumas pessoas a organizarem-se.

O debate estava a intensificar-se na UE. De um lado, gente que apela ao reconhecimento do trabalho sexual, expressão que implica falar em adultos, livres e informados. Do outro, gente que considera que vender sexo não é um trabalho, mas uma forma de violência. E Portugal não estava à margem. A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM) renovara o seu projecto de *lobbying* pelo modelo neo-abolicionista, também conhecido por modelo nórdico, que criminaliza clientes. E a Agência Piaget para o Desenvolvimento (Apdes) prosseguia o seu projecto de consciencialização de direitos e estímulo à organização de quem faz trabalho sexual. A lei, como está, só concede prostituição independente, obsta à celebração de contratos de trabalho e à auto-organização dos trabalhadores do sexo. No entender de Júlio Esteves, coordenador do Espaço Intendente, as neo-abolicionistas estavam “a aproveitar-se do desconhecimento”. “Muitos argumentos que esgrimem neste momento não são realidade em Portugal. É um mercado fraco. Para quê trazer alguém para aqui à força?” O seu trabalho permitia-lhe ver demasiada gente a entrar na “vida”. “Os *media* só falam em prostitutas de luxo. Algumas andam aflitas para pagar as contas. Com a falta de clientes que existe, muitas nem saem dos apartamentos. Preferem mandar vir comida para evitar perder um cliente que possa aparecer.”

Tudo aquilo o inquietava. E se o exemplo da Suécia vingasse, empurrando quem se prostitui para a clandestinidade? Sim, e se acontecesse o mesmo que na Irlanda ou na França? “Sei de pessoas de associações que, pela pres-



são das abolicionistas, estão a falar de maneira diferente ou não estão a falar para não serem acusadas de serem a favor do tráfico de pessoas, da exploração de pessoas, como eu já fui acusado por estar a distribuir preservativos, a dizer que as pessoas têm direitos”, salientava. O debate estava aí e quem se prostitui não fazia parte dele. E o problema não era só a discriminação. “As pessoas que fazem trabalho sexual também precisam de ampliar as mentes. Há quem não queira que seja regularizado para não pagar impostos.”

No encontro que Júlio impulsionou com Luca participaram Fernanda Belizário, da Apdes, Sérgio Vitorino, do colectivo Panteras Rosa, e quatro trabalhadores do sexo, que respondem pelos nomes profissionais Alexandra S. Cort, Solange, Manuel, Monique Mon. A semente foi lançada. Em menos de nada, porém, o grupo estilhaçou-se. “O pessoal não se conhecia bem e é difícil trabalhar em grupo”, recorda Alexandra, autora do blogue *Casa da Mãe Xana*, espaço que criara para divulgar informação, defender os direitos humanos e laborais de quem se prostitui. O MTS seria mais uma ideia efémera, como o projecto Labuta, no ano anterior protagonizado por Melina Antunes?

**Alexandra S. Cort**  
na *Casa da Mãe Xana*

As histórias não se repetem. Cada pessoa tem um percurso. O de Alexandra é sinuoso.

Já com o nome estragado na praça, o pai

“*Os media só falam em prostitutas de luxo. Algumas andam aflitas para pagar as contas. Com a falta de clientes que existe, muitas nem saem dos apartamentos*”  
Júlio Esteves

convencera-a a deixá-lo abrir uma empresa em nome dela. Trabalharam juntos anos a fio, fazendo captação de imagem e vendas, até ela perceber que ele criara um imenso rasto de dívidas. “Levaram tudo.” Desesperada, com dois filhos de quatro anos, pediu ajuda à comissão de protecção. Prometeram-lhe vaga numa casa para mães solteiras, mas só acolheram as crianças. “Nos dois meses seguintes, a minha vida foi passada dentro de um carro à porta da instituição.” Apesar da péssima relação com a mãe, pediu-lhe que os acolhessem. Começou a trabalhar numa estufa. A mãe exigia-lhe “o ordenado todo”. Reconciliou-se com o ex-companheiro para recuperar os filhos, mas a relação tornou a não dar certo.

Agora que já passaram mais de dez anos, Alexandra faz humor com o dia em que decidiu responder a um anúncio que prometia dinheiro rápido em Sesimbra. “Era um bar de sobe-e-desce. Estive horas a falar com as trabalhadoras do sexo para ganhar coragem. Ficou um homem à espera que eu me decidisse. Queria ser o primeiro. Empréstaram-me uma *lingerie* tipo avó. Fomos para o quarto. No fim, ele pagou porque quis porque eu nem sabia que tinha de cobrar primeiro!” Não ficou, mas uma casa de convívio, em Lisboa, precisava de uma telefonista. “Aprendi a atender telefones. Os homens eram encaminhados por mim até à sala onde estavam as meninas.” Vendo-a atrapalhada, ofereciam-lhe “o dobro ou o triplo” do preço para fazer sexo. Pós-se a fazer contas. “Eu levava 20 euros para casa e as outras 200.



Devagar, comecei a entrar no quarto com a matrona, que era ‘bi’, a aprender o ofício. O meu primeiro orgasmo foi com um velhinho que tinha uma prótese. Fiquei tão envergonhada!” Conversa vai, conversa vem, uma colega falou-lhe noutra casa, em Oeiras. “Um dia, fomos lá.” À frente estava uma mulher mais velha, mãe de quatro filhos, com o marido preso. “Foi ela quem nos ensinou a trabalhar e a ganhar dinheiro.”

Arrendou um apartamento para viver com os filhos, contratou uma ama, mas a mãe não a largava. “Dizia que a protecção de menores fazia perseguição, que eu tinha que pôr lá os meninos. Eu, com medo que me descobrissem e que mos retirassem, passei a pagar-lhe uma média de 500 euros por mês, fora despesas de alimentação.” O pai das crianças dava-lhe “outro tanto”. A “chantagem” voltou quando Alexandra teve uma menina e quis criar os filhos “debaixo do mesmo tecto”. Perdeu a conta às queixas apresentadas. Sob anonimato, até a acusou de receber clientes em casa. “Nunca! Não é por ser puta que tenho de ter comportamentos duvidosos na minha vida pessoal!” Trabalha sempre a muitos quilómetros de casa.

Põe ênfase neste medo de perder as crianças porque é um medo partilhado. Acha que o estigma é que a manteve refém da mãe. É como se estivesse sempre em dúvida o seu direito a ser mãe e o seu amor pelos filhos, como se merecesse castigo por conduta imoral, por falta de respeitabilidade. Acha que o estigma é

### Sexo na pandemia

À esquerda, festa de Natal num bordel em Évora, em Dezembro de 2020. No topo, trabalhador do sexo no Porto. Em cima, Susana Freitas, que usa sobretudo meios digitais. A pandemia veio baralhar as contas dos trabalhadores do sexo. “O desconfinamento é faseado. Quem está nos apartamentos pode trabalhar, como qualquer massagista. Quem está nos bares ainda não. E quem está na rua? Isto não é reconhecido como profissão. Ninguém consegue dar uma resposta”, diz Maria Andrade, activista do Movimento dos Trabalhadores do Sexo

que fez com que um ex-namorado que lhe apontou uma pistola à cabeça se tivesse safado com uma pena suspensa, com a desculpa de que ela se prostituiu, apesar de sempre ter sabido como ganhava a vida. É como se estivesse sempre em dúvida o seu direito de ter uma relação amorosa não-violenta, de ter uma relação amorosa verdadeira. Está convencida de que o quadro legal e o estigma provocam mais desarranjo do que a actividade. E que o reconhecimento do trabalho, que já largou várias vezes, é a forma de alterar isso. Prefere cingir o seu activismo ao seu blogue, que está a refazer agora. Passou a pasta do MTS a Maria, num lanche, a propósito do Dia Internacional da Prostituta, 2 de Junho de 2019.

### Nova esperança para o MTS

Maria iniciou em 2018, em Braga, aquilo a que chamara Grupo de Partilha d’A Vida. E esse grupo, que começara com três pessoas, cres-

cera, já ultrapassava a dezena. E resistia na sua fragilidade.

Acontecera de um modo mais ou menos espontâneo. “Sou portuguesa - muitas são estrangeiras e estão em situação irregular”, sublinha. “Uma não assina se alguém estiver a ver. Outra não sabe ler nem escrever. Telefona à Maria que ela desenrasca.” Pediam-lhe que as ajudasse a preencher um ou outro impresso, que lhes indicasse onde tratar disto ou daquilo. E evoluiu até parecer um bombeiro de serviço. “Olha, o marido bateu. Bateu? Então vamos buscá-la”, exemplifica. “Tornou-se cansativo.”

Parecia-lhe clara a necessidade de fazer mais do que distribuir preservativos, diagnosticar e tratar infecções sexualmente transmissíveis, cancro do colo do útero e da mama, encaminhar para atendimento social ou psicológico, como ali faz o Programa Auto-Estima, da Administração Regional de Saúde. E o isolamento? E a tensão entre o que se é e o que se necessita de parecer ser? E o receio que alguém descubra? “Estas pessoas precisam de informação, de formação, de caminhar umas com as outras.”

Chamou dois colegas que conhecera ao estudar Serviço Social, Gilberto Abreu e Susana Mota. Arranjaram uma sala emprestada. Numa lógica de apoio mútuo, fizeram teatro comunitário e sessões de grupo, identificaram forças, fraquezas, oportunidades, ameaças. “Percebemos sozinhas que as dificuldades que o grupo passa devem-se mais ao não-reconhecimento do trabalho sexual como trabalho do que à actividade em si”, afixava Maria. O que ali tinham podia ser o tiro de partida para um colectivo ou mesmo para uma associação?

Eram todas mulheres. Trabalhavam em várias partes do Minho. Embora alheadas do debate internacional, várias tinham tido experiências noutros países. Mesmo fora do circuito de conferências, congressos, seminários, podiam comparar realidades.

Roberta A., por exemplo, já trabalhara em França, onde não são os intermediários, →

mas também os clientes são criminalizados. “Tem de ser mais escondido”, diz ela. “Tem de pôr anúncio na Internet. A gente combina o sítio. O cliente me apanha, faz rapidinho, pronto.” Aqui, trabalha num parque, que tem uma *roulotte* de bifanas e um suposto segurança. Os carros passam com vagar. O eventual cliente tem tempo de olhar para elas. E elas têm tempo de olhar para eles, de discutir o serviço. Já foi atacada por um cliente, mas noutra lugar. “A gente começou a fazer a relação. Ele começou a ser violento. Eu falei: ‘Olha, assim não dá, toma seu dinheiro.’ Ele me deu um soco, me jogou, foi embora com minha bolsa, com tudo.” Não foi à polícia. “Para quê? Nem sabia dizer quem era. Ainda humilha a gente.”

Roberta M., por exemplo, já trabalhou na Suíça, onde a prostituição está regulamentada há décadas. “Achei bonito ter de ir na polícia me identificar. Ao fazer isso, fiquei protegida. Qualquer coisa, a gente chamava e a polícia vinha.” Prefere trabalhar debaixo de um viaduto, afastada da cidade, abrigada da chuva e do sol. “Eu gosto de trabalhar na rua. É uma coisa rápida. Você está ali, entra no carro, já está.” A competição pode ser tramada. Duas rivais tinham alertado a CPCJ. “Tive de pensar no meu propósito, que são os meus filhos.” Para se salvaguardar, estava a atender num apartamento, mas já sem paciência para o “charminho” da prévia chamada telefónica com clientes.

O encontro, em Lisboa, animou Maria. O MTS haveria de agregar activistas independentes e colectivos e o Grupo de Partilha d’A Vida seria um deles. Em Outubro de 2019, uma dúzia de mulheres integrava uma formação da APDES. “Queremos que estas transmitam o que aprenderam a outras”, dizia. Sentia que estavam a começar a criar consciência de classe. “O MTS é uma tentativa de representação profissional. A nossa luta é pela descriminação de todo o trabalho sexual. Só isto nos permite criar estratégias capazes de combater ou minimizar a coacção, a exploração, a violência que vive-mos no dia-a-dia.”

## Ana L. no Grupo de Partilha d’A Vida

As histórias não se repetem, dizíamos. Cada pessoa tem um percurso, dizíamos também. Mas a necessidade de ganhar dinheiro está sempre lá.

Ana L. anda na “vida” há 17 anos. “Eu vim traficada. Um bilhete que é 800 euros eupaguei 2500. Sabia o que vinha fazer, mas nunca tinha feito. Eu morava com a minha avó. Quando fiz 18 anos, os meus tios começaram a pressionar para arranjar emprego, para não viver às custas dela. Outras meninas tinham vindo para cá. Eu quis vir.”

Foi levada para a Covilhã. Por baixo, um estabelecimento de diversão nocturna. Por cima, quartos. Tinha de trabalhar numa casa de sobe-e-desce até pagar a dívida. “Nessa altura, era tudo complicado. As coisas eram resolvidas em agressões. Apesar de que o proprietário explorava a gente, a parte da agressão física nunca fez.”

Paga a dívida, muito circulou por aí. Diz-lhe a experiência que, em qualquer caso, há terceiros que lucram, nem que seja só por publicar os anúncios. Nuns apartamentos, por exemplo, vigora o regime de renda fixa com “valores exorbitantes”. Nesse caso, paga os seus anúncios, atende o seu telefone, gere a sua agenda. Noutros, o regime de percentagem 50/50. Nesse caso, outra pessoa trata de pagar renda, água, luz, colocar anúncios, atender e encaminhar clientes.

## Trabalho sexual em Portugal

### 1837

Actividade regulamentada e sujeita a rigorosos controlos. Usavam livrete individual de registo de inspecção

### 1949

Determinado “encerramento das casas de toleradas que funcionassem em contravenção das normas de higiene estabelecidas ou constituíssem focos de infecção”. Lei proíbe que “se autorize a abertura de mais casas ou se efectue a matrícula de novas prostitutas”

### 1963

Entra em vigor a lei que proíbe a actividade, equiparando as prostitutas aos vadios e sujeitando-as às mesmas medidas de segurança

### 1983

Entra em vigor a lei que despenaliza a prostituição e criminaliza o lenocínio, tendo como referência “quem explorar o ganho imoral de prostituta, vivendo, total ou parcialmente a expensas suas”

### 1998

A lei é revista, desaparecendo a referência a “explorando a sua situação de abandono ou necessidade” e alargando o âmbito. A criminalização vai além da liberdade sexual, assumindo-se contra qualquer favorecimento da actividade

### 2001

A reforma penal alarga mais o espectro do lenocínio, ao criminalizar “as situações de abuso de autoridade decorrentes de situações de dependência hierárquica, económica ou de trabalho”

### 2019

Começa a formar-se Movimento dos Trabalhadores do Sexo

### 2020

Entra na AR a petição “Legalização da prostituição em Portugal e/ou despenalização de lenocínio, desde que não seja por coacção”, cuja primeira signatária é Ana Loureiro. Após 16 anos sem consenso, da terceira secção do TC sai uma decisão que considera inconstitucional criminalizar o lenocínio simples, isto é, o que envolve pessoas adultas, informadas, que se prostituem por sua própria vontade

### 2021

O TC revoga em plenário a decisão da terceira secção. Embora considere que criminalizar o lenocínio simples não é inconstitucional, lembra que o legislador pode alterar a lei. Comissão parlamentar remete petição para presidente da AR para apreciação em plenário

O nascimento do filho fê-la fixar-se. Agora, trabalha numa estrada da região Norte. E ali sujeita-se a extorsão. Há homens a controlar o território. “Tomam posse de uma coisa que não é deles. Tem de falar com eles para trabalhar e tem de dar a uma parte para eles. Tem lugar que paga por mês e tem lugar por cliente. No sítio onde estou é por mês: 300 euros. Eles dizem que dão segurança, mas não dão. Por causa desse vazio legislativo andam aí a fazer isso. Quem vai denunciar? Eu não vou! Tenho um filho pequeno. Não quero problemas com essas pessoas.”

No princípio, questionou a opção de vida. “Chorava muito. Eu sabia o que ia fazer, mas não tinha noção do que era.” Agora, não. “Passado um tempo, a gente não analisa mais. Não me vejo hoje como vítima. Está certo que eu tenho o estigma da profissão, mas tenho consciência que estou nessa profissão porque quero. Já estudei para técnica auxiliar de fisioterapia e desisti logo de trabalhar. Um ordenado desses não sustenta eu e o meu filho.”

Sempre que Maria convoca, lá está ela. “A luta é grande. O preconceito é enorme.” Tentando escapar, faz vida dupla, como as colegas do Grupo de Partilha d’A Vida. Está inscrita nas Finanças como trabalhadora da área de serviços gerais e cumpre um horário de trabalho compatível com o horário escolar do filho. Se lhe perguntarem, diz que faz limpezas em casas particulares. Mesmo a muitos quilómetros de casa, mantém-se vigilante, não vá aparecer alguém conhecido, não vá o filho sofrer com isso.

## MTS ganha impulso com a pandemia

Muitíssimo poucos membros do MTS revelam a cara. No Grupo de Partilha d’A Vida, que agora é o núcleo do Norte do MTS, também.

Quando, no dia 17 de Dezembro de 2019, quiseram pela primeira vez assinalar o Dia Internacional Contra a Violência sobre Trabalhadores do Sexo, na Praça do Município de Braga, os membros do Grupo de Partilha d’A Vida fizeram-no à noite e de máscara lisa branca e guarda-sóis vermelhos. Não houve incidentes, apesar de algumas pessoas abanarem a cabeça, em sinal de reprovação. Alguns jovens até se juntaram a elas. Talvez por ser um dia de luto.

Já quando assinalaram o Dia Internacional da Prostituta, 2 de Junho de 2020, à tarde, na escadaria do Bom Jesus, a reacção foi outra. “Deviam ir para outro lado fazer isso, não aqui, que passam famílias, crianças”, reagiu uma pessoa. “Querem manifestar-se? Vão para o meio do monte!”, insurgia-se ainda outra. “Vão lavar escadas!” Uma das manifestantes até “começou a chorar, a dizer que não queria mais participar, que se sentia mal”.

Tinham as máscaras, os guarda-sóis vermelhos, os cartazes com os dizeres “O preconceito também é violência”, “Não à violência, ao estigma, ao preconceito, à humilhação”, “Regulamentação, direitos laborais, sociais e cívicos”. “É preciso muita coragem para lutar por uma coisa que põe pão na mesa dos teus filhos”, suspira Maria.

Com uma vida dedicada à luta LGBT+, Sérgio Vitorino sabe o quão elevado pode ser o preço a pagar por estar entre os primeiros a dar a cara pelos direitos de um grupo estigmatizado. “É um processo”, resume. “Há pessoas que não podem dar a cara. E há pessoas que representam, dão a cara por quem não pode. Não é fácil. Não há muitos que saltem logo para a ribalta. Para a maior parte, é progressivo. Vai-se dando um passinho de cada vez.” Para ele,



“está a ser fascinante” acompanhar o movimento formado por pessoas que não tinham qualquer experiência de activismo.

Quando Maria entrou no MTS, as pessoas mais activas estavam dispersas – umas actuavam por conta própria, outras em colectivos LGBT+ ou em colectivos de mulheres. As redes sociais serviram para passar palavra, chegar, agregar. E a pandemia, que ocasionou desespero entre quem não tinha poupanças para aguentar o confinamento, convocou para a acção.

Não houve resposta às perguntas feitas em carta aberta escrita pela Rede sobre Trabalho Sexual e subscrita pelo MTS: “De que forma pretende o Governo garantir que as pessoas que fazem trabalho sexual e respectivas famílias



#### Activistas

No topo, prostituição de rua em Braga. À esquerda, Luca Stevenson, coordenador do Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores do Sexo na Europa, que, em Maio de 2019, veio a Lisboa falar sobre modelos legais, mobilização pelos direitos laborais e sociais. O convite foi feito por Júlio Esteves, coordenador do Espaço Intendente, génese do Movimento dos Trabalhadores do Sexo. Em cima, à direita, Monique Mon e a sua “janela solidária”, em Lisboa, que não é exclusiva para trabalhadores do sexo. “É para moradores da zona”

terão acesso a mecanismos de protecção decorrentes da descontinuidade da sua actividade ou da eventualidade de ficarem doentes? A que mecanismos poderão recorrer a sociedade civil e as organizações de base comunitária para mitigar o impacto provocado pela situação de calamidade pública na vida destas pessoas?”

Maria Andrade, Roberta M., Sandra Oliveira, Maria Margarida, Sérgio Vitorino desdobraram-se em contactos. Apresentavam o MTS, perguntavam se precisavam de algo - precisavam, muitas precisavam de apoio para alimentação (155), renda (54), contas correntes (44), produtos de higiene (23), medicamentos (19), perceber como negociar com o senhorio (15). E encaminhavam para instituições que lhes podiam prestar, sobretudo, ajuda alimentar – as que já costumam trabalhar com esta população, como a Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, em Lisboa, mas também câmaras, juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social, redes comunitárias. Por sugestão de Margarida Maria, com experiência no activismo internacional, recorreram à plataforma *GoFundMe* para angariar fundos para prestar ajuda directa.

Houve quem sugerisse o recurso ao teletrabalho. Pessoas como Alexandra, que nunca trabalharam com *webcam*, vídeos, *chats* e fotografias, riram-se. “Tinha algum dinheiro de parte, podia ficar em casa”, diz ela. Muitas não. Ana era uma delas: “Eu consegui me manter porque tive pessoas que me emprestaram dinheiro. Na primeira vez, a Cáritas me ajudou na renda e o MTS nos alimentos. Nesta não teve isso. Acabou por ser pior...” Algumas nunca deixaram de trabalhar.

#### Monique Mon à Janela Solidária

As histórias não se repetem, dizíamos. Cada pessoa tem um percurso, dizíamos também.

“Estou há mais de um ano parada por causa

“

*O MTS é uma tentativa de representação profissional. A nossa luta é pela discriminação de todo o trabalho sexual. Só isto nos permite criar estratégias capazes de combater ou minimizar a coacção, a exploração, a violência que vivemos no dia-a-dia*  
Maria Andrade

da pandemia”, explica Monique Mon. Como tinha pé-de-meia, pôs-se a ajudar outras pessoas. “Tenho uma janela solidária.” Não é exclusiva para trabalhadores do sexo. “É para moradores da zona.” Ideia-chave: “Doar o que puder, recolher o que precisar.” E é isso que vê acontecer. “Tem família que chega aqui e pega o que precisa. ‘Me falta um azeite. Me falta um óleo.’ Acho bonito essa parte da honestidade. Elas pegam o que falta. As pessoas de mais longe já vêm e levam uma cesta. Óleo, azeite, bolacha, café, ovos, massa, feijão, cereais para criança.”

No princípio, acrescentava dinheiro ao que angariava. “Se arrecadasse 400 euros e a conta desse 480, colocava 80 do meu bolso. Já não estou com tanto dinheiro assim.” Também prefere não tratar das compras. “Quero que as pessoas comprem pela Internet e enviem.” Ou que entreguem ali em casa, na Rua Barão de Sabrosa, em Lisboa.

Começou a fazer trabalho sexual como rapaz, muito antes de iniciar a transição. Ganhava pouco num restaurante. “Não me pagavam como grelhador, me pagavam como ajudante de cozinha. Era uma exploração.” Reclamou. “Como não me respeitaram, saí.” Num instante, arrancou trabalho igual noutro sítio. “Ainda foi pior.” Começou a vender serviços sexuais. “Era um rapaz bonito. Tinha muita gente a me ‘paquerar’. Achei que podia aproveitar isso.” Já entrou e já saiu muitas vezes. “Hoje em dia, trabalho mais fora do que cá”, assegura. “Viajo para a Bélgica, que é muito central, alugo apartamento, coloco anúncio, faço meu trabalho. De lá vou para a Holanda, para a Alemanha, para a França. Vou a esses países ganhar dinheiro, mas vivo em Portugal.” Na sua intermitência, valoriza o MTS. Estava lá no início de tudo, no célebre encontro com Luca, no GAT. “Acho importante pela questão de nos dar voz, pela luta pelo reconhecimento de que trabalho sexual é trabalho, ponto final. Por isso faço parte do movimento.”

#### Uma voz que chega ao Parlamento

No verão, a PPDm, no âmbito do projecto Exit-Pelos Direitos das Mulheres a Não Serem Prostituídas, lançou uma nova campanha, um *origami* que é uma nota de 20 euros, o preço que muitas prostitutas de rua cobram, a representar uma vagina e frases diversas, a começar com esta: “Se tens de pagar, não vales nada.”

“A campanha é intencionalmente provocatória”, admitiu Ana Sofia Fernandes, →

presidente da PPDM. “É um insulto”, reagia Margarida Maria, então uma das porta-vozes do MTS. “Usam a linguagem sexista que querem criticar. Objectificam as mulheres. Reduzem as trabalhadoras do sexo a vaginas andantes.” O momento parecia-lhes péssimo. No pico da emergência, Maria contactara o projecto. “Já lhes fiz exposições por e-mail. Já escrevi na página deles. Não respondem. Há mulheres com filhos que não conseguem pagar a renda. Se existem estas instituições, é agora que devem intervir. Isso é uma hipocrisia. Se querem ajudar, devem trabalhar directamente connosco.” Ana Sofia Fernandes esclareceu que o seu “papel é influenciar políticas públicas”, não fazer “trabalho assistencial no terreno”.

Não foi o único embate. Em Janeiro de 2020, entrou no Parlamento a petição *Legalização da Prostituição em Portugal e/ou Despenalização de Lenocínio, desde que este não seja por coacção*, cuja primeira subscritora é Ana Loureiro, responsável por uma casa de convívio. E essa proposta não lhes agrada: para trabalhar há que ter mais de 21 anos, estar em situação irregular no país, submeter-se a exames médicos periódicos e fazê-lo em estabelecimentos autorizados.

Já este ano, Margarida Maria e Sandra Oliveira, então como elementos do MTS, estiveram no Parlamento a explicar o que separa esse modelo do que defendem. No velho modelo regulamentarista, que existiu em Portugal até 1962, o Estado define em que circunstâncias é legal trabalhar. Quem não encaixa cai na ilegalidade. No modelo neo-regulamentarista, mais conhecido por modelo neozelandês, há descriminalização total do trabalho sexual, isso é, “não é ilegal exercer a actividade, não é ilegal comprar serviços sexuais, não é ilegal a auto-organização de trabalhadores, nem a livre associação a terceiros”.

O que têm em comum a posição do MTS e a petição, já apreciada na primeira comissão, que acaba de enviar ao presidente da Assembleia da República o relatório final, recomendando que seja agendado um debate em plenário? Que a prestação de serviços sexuais seja reconhecida como trabalho, que quem o faz possa inscrever-se nas Finanças e na Segurança Social, descontar, ter direitos como qualquer trabalhador, como licença parental, subsídio por doença ou pensão de velhice. E que o lenocínio simples seja legal. Vários constitucionalistas têm declarado inconstitucional ser crime “fomentar, favorecer ou facilitar” a prostituição de adultos que agem de livre vontade. Uma decisão de 27 de Janeiro, tomada pelo Tribunal Constitucional em plenário, conclui que não, mas lembra que o legislador tem liberdade de alterar a lei.

Ao que diz Maria, mais de uma centena de pessoas já se inscreveram como futuras sócias do MTS. A formalização está a ser preparada com todo o cuidado para que não se repita o que aconteceu ao sindicato Otras, *Organización de Trabajadoras Sexuales*, em Espanha, cuja formalização foi anulada por o estatuto pressupor o reconhecimento de que é permitido vender sexo por contra de outrem. Ela está inscrita como “sócia número um”. A formalização do MTS é que lhe permitirá apresentar candidaturas, obter financiamento, fazer trabalho social e cívico. Quando começou, não imaginava que havia partidos com posições firmes, organizações a fazer pressão, financiamento. E debate sem a participação de quem anda na “vida”. “Queremos dizer que estamos aqui, que temos voz, que temos uma palavra a dizer. Se nos vão ouvir? Começa a ser obrigatório. Se vai servir de alguma coisa? Só o tempo o dirá.”



## Sexo virtual: para compensar falta de clientes, Susana estendeu horário até à exaustão

Pandemia provocou quebra de clientela até na venda de serviços sexuais *online*. “Camgirl” fez inquérito a 100 pessoas e percebeu que não estava sozinha. Metade estava a trabalhar mais de 12 horas, um quinto mais de 18

Por Ana Cristina Pereira texto e Paulo Pimenta fotografia

Com a pandemia, a questão colocou-se a inúmeros adultos que prestam serviços sexuais. Como trabalhar sem correr o risco de apanhar covid-19? Há quem se tenha refugiado no teletrabalho, mas até aí houve perda de clientela. Para compensar, Susana Freitas, como muitas outras pessoas, estendeu o horário – até à exaustão.

“O mercado do sexo virtual é pequeno em Portugal”, sublinha aquela “camgirl” que há pouco se juntou ao Movimento dos Trabalhadores do Sexo (MTS). “Muitas pessoas esperavam que os clientes do convívio viessem para o sexo virtual, mas não foi bem isso que aconteceu. Quem faz convívio quer convívio.” Muitos dos clientes do sexo virtual perderam privacidade nos períodos de confinamento. E sobram notícias sobre aumento do cibercrime.

Não é “achismo”. Aliou-se a Leandro Escort, que também faz parte do MTS, para fazer um inquérito a pessoas “que já actuavam no sexo virtual ou que migraram para este mercado durante a pandemia”. Pediram apoio ao Classificados X, ao MTS, ao Grupo de Partilha d’A Vida, ao Plano Aproxima. Entre 10 e 28 de Fevereiro, responderam-lhes cem pessoas. Não é representativo, mas é indicativo de tendências. No último ano, na amostra, a presença *online* cresceu 5%. Os inquiridos apontam vários constrangimentos: a baixa procura, a alta exposição, a presença da família em casa, a falta de conhecimento sobre meios de pagamentos *online*, as dificuldades informáticas, a desconfiança dos clientes, o fraco ganho face ao trabalho presencial. Mesmo assim, mais de metade garante que quer continuar a fazer teletrabalho, como extra.

Conheceram-se através de uma amiga comum, Sandra e Leandro. E o que os uniu explica a desconfiança de alguns. “Era um gru-



po pequeno”, conta ela. “Há clientes que falam que pagaram e não pagaram. Esse grupo funcionava como grupo de avisos. Também servia para denunciar outras meninas que fazem perfis falsos e cometem burlas. Essas pessoas acabam prejudicando o nosso trabalho. O cliente não nos vê antes. Então paga e a pessoa não aparece ou coloca um vídeo, na melhor das hipóteses.”

Susana entrou há mais de três anos nesse novo mundo feito de “shows” na webcam, sextone, sexting, dominação virtual, vídeos, fotografias. “Estava em busca de trabalho. Estavam acabando as reservas que eu e meu marido tínhamos trazido do Brasil. Vi um anúncio no OLX. Precisavam de mulheres para entretenimento masculino através da Internet e por telefone. Falei com meu marido.” Primeiro, ele torceu o nariz. Dias depois,

anuiu. Afinal, não era ciumento. E precisavam de dinheiro. “Eu não tinha experiência, mas sempre fui desinibida. Sempre fui o tipo de rapariga que fazia o que queria, quando queria, com quem queria.”

Permaneceu duas semanas naquele escritório de fachada, com uma recepção e duas salas de trabalho sexual. “Cada menina ficava numa sala com computador, mesa, sofá, cadeira. Éramos as duas vigiadas pela telefonista. O dono do estúdio ficava com 60% do que a gente ganhava. Não estava a compensar. Vim trabalhar para casa.” Podia produzir conteúdo, editá-los, gerir a sua própria página. E o marido até a ajudou tirando as primeiras fotografias e procurando plataformas para colocar os anúncios.

Com a pandemia, tudo se complicou. No primeiro confinamento, por causa da redução

de clientes, já estendera o horário. Começava a trabalhar das 10h às 20h, com intervalo para cozinhar e almoçar. Em vez de quatro ou cinco horas, estava a trabalhar oito. Mesmo assim, o rendimento caiu para cerca de metade. Podia estar um dia inteiro sem um único cliente. No Verão, as tarefas aumentaram. “O meu marido teve sociedade num bar. Todas as responsabilidades da casa passaram a recair sobre mim.” Com o regresso das restrições, o bar deu para o torto. “Eu me vi na necessidade de trabalhar mais.” Foi alargando o horário até ficar das 7h às 24h. “Não que estivesse o tempo todo a atender, mas estava disponível. É bastante tempo envolvida com trabalho.”

A psicóloga avisou-a que estava com sintomas de síndrome de *burnout*, que tinha de parar. “Tinha esquecimentos. Não aguentava nada. Qualquer responsabilidade adicional pesava nos ombros. Tem uma hora que o nosso [sistema] emocional diz: ‘Chega!’ Um dia, comecei a chorar. Estava exausta.” Não culpa ninguém. “Sempre fui de pegar responsabilidades de mais. É um defeito que eu estou a tentar corrigir.” Reduziu o horário. “Fico de segunda a sexta das 15h às 20h. De manhã, faço exercício, vou ao mercado, faço as tarefas da casa. Geralmente, depois das 20h, afasto o telemóvel. Nos primeiros dias, pedia ao meu marido para esconder. Tinha crises de abstinência, pensava: ‘Devia estar trabalhando!’”

O inquérito veio mostrar-lhe que não era caso único. O sexo virtual foi menos afectado do que o convívio, mas a realidade é diversa. No teletrabalho: 11% reportam aumentos até mais de 50%, 3% queda até 50%. Já no grupo que tanto faz teletrabalho como trabalho presencial, 10% referem aumentos de rendimento até 50% e 12% quebras superiores a 50%. Face à quebra de clientela, a maneira encontrada por alguns de continuar a ganhar o suficiente foi trabalhar mais horas por dia. Há muito quem trabalhe mais de 12 horas diárias: 21% de 12 a 17 e 19% mais de 18.

Leandro está disponível das 9h às 24h. Nas longas esperas entre clientes, entretém-se com séries, filmes, conversas de telefone. O normal é pagar 150 euros por semana para usar um quarto para trabalhar. E ali estar o dia todo, com a cama, o computador, o telemóvel. No confinamento, como não dava para circular, negociou, ficou a pagar 350 por mês. Sentiu a queda de clientela para metade, mas não stressou: “Estou a conseguir pagar as minhas contas. Também não tenho vícios nem nada.”

Entrou no meio através de uma namorada. “Quando comecei a namorar com ela, ela já fazia convívio. Como era novo, levei na desportiva. O meu início foi tipo uma aventura. Ela ensinou-me. Tanto fazia individual como em casal.” Andaram naquilo anos, sem ciúmes, nem dramas. Era uma *performance*. “A gente sabia separar as coisas.” Quando se deixaram, ele continuou na “vida”, sozinho. Há cerca de dois anos, resolveu alargar as suas possibilidades. Ora faz convívio, ora virtual, conforme lhe aparece.

O segredo, ao que diz, é o mesmo: criar uma personagem, uma ilusão. “É preciso preparação mental. A mente tem de estar fixa no trabalho, para a gente tentar aguentar. Não podemos estar muito cansados. Fisicamente, também é exigente.” O pior? “O pior é atender clientes que são violentos, que pedem tudo e não querem nada, que tentam meter os preços nos nossos programas.” O melhor, para lá do dinheiro, é sentir que o trabalho foi bem feito. “É sentir que o cliente tem prazer comigo.”

#### Trabalho e solidariedade

No mundo do sexo virtual há “shows” na webcam, sextone, sexting, dominação virtual, vídeos, fotografias... Apesar de ser visto como uma solução para as restrições que a pandemia impôs, “o mercado do sexo virtual é pequeno em Portugal”, diz Susana Freitas (ao lado). Em cima, à esq., Renato mostra fotografias em pose. Em cima, Monique, que usa os meios digitais para angariar bens para quem precisa

“

Tinha esquecimentos. Não aguentava nada. Tem uma hora que o nosso [sistema] emocional diz: ‘Chega!’ Um dia, comecei a chorar. Estava exausta Susana Freitas